



**COMISSÃO COORDENADORA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DO TERRITÓRIO NACIONAL**

SEPN 505 - Lote 02 - Bloco B - Edifício Marie Prendi Cruz – Sala 113

Brasília/DF - CEP 70.730-542

Fone: (61) 2028-1364 – Fax: (61) 2028-2015

**Ata da 31^a Reunião Ordinária da CCZEE
30/10/2014**

PARTICIPANTES:

- Ney Maranhão –MMA – **Coordenador da CCZEE**
- Carlos Alberto Scaramuzza-MMA – **Coordenador Suplente da CCZEE**
- AdmaHamam de Figueiredo - IBGE
- André Fábio de Souza- MDIC
- Miguel Farnasso - CODEVASF
- Alexandre Tofeti- ANA
- Bruna Mendes - MJ
- Cassio R. da Silva – CPRM
- Celso Monteiro Filho- IBGE
- Cibele Dutra de França – MT
- Christina Elizabeth de Vasconcelos -MME
- Dione Macedo - MME
- Denise Alho - PETROBRAS
- Elisabeth Sherrill–MCTI
- Edson Crepani– INPE
- Ubajara Berocan Leite - MP
- João Paulo Padro -MMA
- José Henrique da Silva -MDA
- Luís Fernando Magnani de Oliveira - MP
- Marcelo Chilvarquer– MJ
- Marcelo Giovoni – MI
- Miguel Farinasso – CODEVASF
- Ricardo Ribeiro-MME
- Ronaldo Vasconcelos– IPEA
- Shirley Cristina dos Santos - CENSIPAM
- TaiguaraAlencar– GIZ
- Talita Ciampi–Mcidades

EQUIPE DZT

- Adalberto Eberhard – MMA
- Felipe Lima Ramos Barbosa – MMA
- Fábio de Almeida Abreu - MMA

PONTOS DE PAUTA:

- 1-Aprovação da Ata da 30ª Reunião ordinária do colegiado;
- 2- Apresentação parcial dos resultados da sistematização dos 25 anos do Programa ZEE Brasil e discussão coletiva visando o fortalecimento e engajamento de ambos os colegiados frente suas atribuições legais;
- 3-Discussão e encaminhamentos referentes ao MacroZEE do bioma Cerrado;
- 4-Informes gerais.

ASSUNTOS TRATADOS:

- 1 O Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial (DZT) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Adalberto Eberhard, deu início à reunião agradecendo a presença dos membros da CCZEE e do Consórcio. Ressaltou que a reunião era importante pela presença de membros dos dois Colegiados (CCZEE e Consórcio ZEE Brasil) e pelo fato de que, pela primeira vez, houve a nomeação de um Secretário do MMA (SRHU) e um Diretor (DCBIO) como coordenadores da CCZEE (Titular e Suplente respectivamente). Além disto ressaltou a renovação do colegiado com a nomeação dos novos membros e recondução de antigos membros em portaria assinada pela Ministra. Tais eventos evidenciam a relevância dos dois colegiados e o propósito de dar maior efetividade na sua atuação, devolvendo ao DZT a lógica original de ter o papel, de fato, de apoio administrativo e técnico junto a esses colegiados. Finalizada sua fala, passou a palavra para o Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano -SRHU do MMA, coordenador titular da CCZEE, Sr. Ney Maranhão.
- 13
- 14 O Coordenador da CCZEE, Secretário Ney Maranhão, agradeceu a presença de todos e salientou que devido ao quórum ter se dado após mais de uma hora depois do horário previsto para o início, era necessário discutir a viabilidade de se manter a pauta original. Abriu a palavra para que aqueles que tivessem alguma sugestão, pudessem se manifestar.
- 18
- 19 A representante do MME manifestou-se favorável à redução e otimização de tempo nos pontos de pauta originalmente propostos, para poder ter uma reunião mais efetiva.
- 21
- 22 O Coordenador suplente da CCZEE, Sr. Carlos Scaramuzza, sugeriu, então, a retirada da pauta do item referente ao MacroZEE do bioma Cerrado, já que considerava que este assunto levaria mais de uma hora de discussão.
- 25
- 26 O Coordenador da CCZEE corroborou com seu suplente e entendeu, como interessante, que o item do MacroZEE do bioma Cerrado fosse discutido em uma possível reunião extraordinária, com prioridades para a realização.
- 29
- 30 O representante do MP propôs a manutenção do item relacionado ao MacroZEE do bioma Cerrado na pauta, visto ser um assunto relevante para a CCZEE. Acrescentou que o assunto já vinha sofrendo postergações sucessivas e que merecia ser tomada uma decisão definitiva quanto à execução da agenda.
- 34
- 35 O Coordenador Suplente (MMA) reforçou seu posicionamento, considerando o tema complexo demais para ser tratado em um tempo reduzido e que deveria ser pauta de uma reunião Extraordinária específica.

38

39 Na sequência, os representantes do MDIC e MME acompanharam os argumentos do
40 representante do MP e reforçaram a necessidade de manutenção do ponto de pauta referente
41 ao MacroZEE do bioma Cerrado na presente reunião, visto ser o ponto mais importante da
42 pauta e objeto de solicitação de reunião conjunta com o Consórcio ZEE Brasil pelos membros
43 da CCZEE. Além disso, de acordo com a representante titular do MME, já estava sendo base
44 para elaboração de cenários no âmbito no PPCerrado.

45

46 Considerando a agenda do MacroZEE do bioma Cerrado, o Sr. Adalberto Eberhard, Diretor
47 do Departamento de Zoneamento Territorial, esclareceu que os insumos produzidos pelo
48 MMA em 2012 foram submetidos aos membros do Consórcio ZEE Brasil, conforme
49 encaminhamento pactuado na oficina realizada no final de 2013 (07 e 08/nov). Acrescentou
50 que, até o presente momento, o DZT estava aguardando as respectivas manifestações do
51 Consórcio acerca do material encaminhado.

52

53 A representante da Petrobras relatou que não tinha clareza do papel do Consórcio na reunião,
54 uma vez que foi convocada reunião conjunta entre a CCZEE e o Consórcio. Esclareceu seu
55 entendimento de que o início do processo de elaboração do MacroZEE do bioma Cerrado
56 deveria ter sido pela elaboração do Termo de Referência (TdR) pelo próprio colegiado
57 (Consórcio), e que, talvez esse tenha sido o motivo de o Consórcio não ter apresentado
58 subsídios ao trabalho encaminhado pelo MMA. Em complementação, o Sr. Adalberto
59 Eberhard respondeu que o Consórcio tem papel importantíssimo neste processo e a presente
60 reunião seria o início do resgate da efetividade do modelo de gestão instituído (CCZEE e
61 Consórcio ZEE Brasil) frente ao ZEE, preocupação cada vez mais presente visto às
62 expectativas do instrumento por parte da sociedade.

63

64 Considerando as colocações elencadas, o coordenador da CCZEE entendeu como pertinente a
65 manutenção do item de pauta sobre o MacroZEE do bioma Cerrado e que seria feita uma
66 administração do tempo na reunião para permitir que todos os itens de pauta pudessem ser
67 discutidos de forma satisfatória. Salientou que o baixo número de participantes poderia ser um
68 reflexo do baixo entendimento do papel destas instituições nos colegiados e que deveria ser
69 necessário uma estratégia de fortalecimento junto aos colegiados para se sentirem envolvidos
70 nas grandes questões de ordenamento territorial no Brasil.

71

72 Em seguida foi colocada para aprovação a Ata da 30ª Reunião Ordinária da CCZEE, ocorrida
73 em 27/03/2014. Sem nenhuma objeção, o documento foi considerado aprovado.

74

75 Deu-se início então a apresentação do Sr. Taiguara, perito da GIZ, vinculado ao DZT por
76 intermédio de Projeto de Cooperação Técnica (PCT) específico para o tema “ordenamento
77 territorial” no âmbito da Amazônia Legal. O trabalho apresentado foi fruto de extenso
78 levantamento bibliográfico e entrevistas com o objetivo de fazer o resgate sistematizado do
79 histórico dos 25 anos do instrumento ZEE, mais especificamente o ZEE na Amazônia legal,
80 identificando os principais momentos históricos na concepção do instrumento, ressaltando
81 questões que merecem reflexões. Ressaltou também que o trabalho apresentado ainda é um
82 resultado parcial e que sua finalização está prevista para o final de 2014. Ao final da
83 apresentação, foi aberta a seção de perguntas.

84

85 A representante do MME adicionou comentários acerca da transição do ZEE da SAE/PR para
86 o MMA, informando que esta transição durou dois anos. Também salientou a importância do

87 Diagnóstico do MacroZEE do São Francisco, que teve participação direta do Consórcio ZEE
88 Brasil, desde do Termo de Referência

90 O representante da ANA elogiou o trabalho e sugeriu que um mesmo resgate histórico deveria
91 ser feito para avaliar casos exemplares de ZEE, com vistas a identificar os motivos que
92 levaram ao sucesso/insucesso do instrumento nas suas mais variadas iniciativas.

93 O representante do IPEA relatou que deveria haver melhor e maior contextualização,
94 apontando a necessidade de se expandir o referencial teórico. A contribuição essencial do
95 ZEE é de compilar informações dos recursos naturais e do meio ambiente a serem
96 consideradas no zoneamento e no planejamento da gestão de demais intervenções. Esta
97 contribuição foi muito importante num momento onde as informações georreferenciadas eram
98 de difícil acesso, obtenção e tratamento. Reforçou que atualmente o quadro é outro. Antes da
100 existência do ZEE, ainda no governo militar ocorreram iniciativas que procuravam dar
101 destaque às questões ambientais como essenciais para o uso e ocupação do território, a
102 exemplo do PRODIAT. Nesse sentido, o ZEE foi uma evolução significativa. No quadro
103 atual, portanto, a contribuição do ZEE deve ser reavaliada e, eventualmente, modificado o seu
104 escopo.

105 O representante do MDIC elogiou o resgate do histórico e destacou a ausência do uso do
106 instrumento por municípios e que uma cartilha de divulgação seria uma ferramenta apropriada
107 para divulgação desse instrumento para estes entes.

109 Não havendo comentários adicionais relacionados a apresentação, deu-se como concluído este
110 ponto e passou-se então a palavra ao Sr. Felipe Barbosa, gerente substituto do ZEE, que
111 realizou a apresentação dos marcos legais do instrumento ZEE com o objetivo de
112 contextualizá-lo aos novos membros da CCZEE. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra
113 aos participantes. O Sr. Felipe ressaltou que há um limite de governança do DZT/MMA no
114 processo de elaboração de um ZEE que tem o papel técnico principal de fornecer subsídios
115 aos colegiados.

117 A representante da Petrobras salientou que estes insumos poderão ser utilizados pelo
118 Consórcio e que deve ser resgatada a premissa de que este colegiado é o responsável, pela
119 estrutura legal em vigor, da elaboração do ZEE do bioma Cerrado, a partir da elaboração de
120 um Termo de Referência. Acrescentou ainda que o MMA, portanto, estaria partindo de uma
121 premissa equivocada quanto a esse processo de zonificação, uma vez que o Consórcio não
122 elaborou o termo de referência e a CCZEE, por sua vez, não o aprovou.

124 125 Nesse sentido, o Sr. Felipe Barbosa expressou concordância com a fala da representante da
126 Petrobras e ressaltou que os insumos para o processo de MacroZEE do Bioma Cerrado estão à
127 disposição do Consórcio, inclusive que o Departamento de Zoneamento Territorial possui a
128 mesma linha de raciocínio e está à disposição em apoiar no que for preciso junto ao Consórcio
129 ZEE Brasil.

130 131 A representante do MME destacou a importância do Consórcio ZEE Brasil, principalmente
132 quanto à necessidade de se resgatar o papel desse Consórcio na condução dos ZEEs.

133 134 O Sr. Adalberto Eberhard, diretor do DZT, corroborou que o objetivo maior é o de buscar a
135 importância do papel dos colegiados (CCZEE e Consórcio) na condução dos trabalhos,
136 invertendo a lógica na qual o MMA exerce função de coordenador, mas que também realiza

137 atividades típicas do Consórcio. Para finalizar, comentou que reverter esta lógica deve ser um
138 esforço coletivo das instituições representadas em ambos colegiados.

139
140 Finalizados os comentários, passou-se então a palavra ao Sr. Taiguara, que apresentou slides
141 contendo seis perguntas orientadoras de reflexões, que em sua opinião, deveriam ser debatidas
142 coletivamente, visando o fortalecimento e engajamento de ambos os colegiados, frente às suas
143 atribuições legais. Na sequência, com a anuência dos membros presentes, as perguntas foram
144 respondidas.

145 As perguntas foram:

- 146
147
148 1- Como cada instituição vê o ZEE hoje?
149 2- De que forma o ZEE é internalizado nas instituições? O membro do colegiado
150 utiliza sua estrutura institucional para executar suas atividades na relação com as
151 outras instituições de outros colegiados?
152 3- Como os senhores avaliam a participação de ambos os colegiados nas experiências
153 de ZEE elaboradas? Houve modificação ao longo do tempo?
154 4- Como está a comunicação institucional intra e inter colegiados?
155 5- Como os senhores avaliam a relação/comunicação entre a CCZEE e o Consórcio
156 ZEE Brasil? Houve modificação ao longo do tempo?
157 6- Para o contexto atual, o arranjo institucional existente e os papéis que cabem a
158 cada instituição são claros e adequados?

159
160 As respostas individuais dos membros foram compiladas e sistematizadas em ideias-
161 chaves para cada pergunta, conforme tabela abaixo.

162 **1- Como cada instituição vê o ZEE hoje?**

- Balizador para políticas produtivas e capacidade de suporte
- Outros instrumentos
- Lacuna territorial
- Visão de futuro
- Resolução de conflitos
- Ganho tecnológico no suporte à decisão, mas precisa sair do analógico para o digital
- Único lugar onde há casamento entre ecológico e econômico.
- Alcance do desenvolvimento sustentável
- Será instrumento da PNDR e da PNOT. ZEE cobre a ausência dessas legislações.
- Olhar macrosetorial
- É importante, mas temos que discutir o ordenamento territorial (a discussão deve ser mais ampla)

163 **2- De que forma o ZEE é internalizado nas instituições? O membro do colegiado
utiliza sua estrutura institucional para executar suas atividades na relação com
as outras instituições de outros colegiados?**

- Maioria das instituições – falta internalização
- Fonte de consulta permanente
- É internalizado (MacroZEE da Amazônia Legal) na ANP na disponibilização de blocos de exploração
- Concepção territorial é incluída em projetos

- Internaliza no Manual Crédito Rural e no ZARC

164

- 3- Como os senhores avaliam a participação de ambos os colegiados nas experiências de ZEE elaboradas? Houve modificação ao longo do tempo?**
- 4- Como está a comunicação institucional intra e inter colegiados?**
- 5- Como os senhores avaliam a relação/comunicação entre a CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil? Houve modificação ao longo do tempo?**

- Dificuldades na comunicação
- Está péssima
- Já houve comunicação melhor no âmbito do Consórcio
- Necessidade de discussão sobre o ZEE anualmente ou em mudança de governo
- Polêmicas não são resolvidas.
- Consórcio é, atualmente, visto como colegiado validador de trabalhos executados.
- Ausência de consulta ao Consórcio

165

- 6- Para o contexto atual, o arranjo institucional existente e os papéis que cabem a cada instituição são claros e adequados?**

- Ausência de clareza sobre os papéis a serem executados – Consórcio ZEE Brasil.
- Clareza no papel dos colegiados - CCZEE.
- Inversão de Pauta. Atualmente o MMA executa atribuições do Consórcio.
- Arranjo do consórcio mal definido.
- Ausência de internalização da agenda nas instituições.

166

167 Terminada a etapa de perguntas e respostas, deu-se início ao processo de reflexão para
168 elaboração de estratégia do plano de trabalho para fortalecimento dos colegiados. Todos os
169 membros tiveram a oportunidade de fazer suas manifestações. Ao final foi feito o exercício de
170 sistematização dos achados, tendo como pontos chaves para o fortalecimento dos colegiados
171 os seguintes:

172

- Realizar uma oficina para elaboração do planejamento dos trabalhos a serem executados e respectivos produtos, especificando seus objetivos, metas, responsabilidade e custos.
- O ZEE deve ter uma abordagem menos tecnicista. Deve estar aderente às demandas sociais, econômicas e ambientais de curto e longo prazo.
- Terorçamentos previstos para apoiar as atividades do Consórcio ZEE Brasil, específicos na estrutura orçamentária de cada instituição participante. O processo precisa ser mais operativo e descentralizado entre as instituições.
- Priorização, menção, criação de meta específica no próximo PPA das instituições dos colegiados, envolvendo a estrutura de todas as instituições.
- Criação de um site para a divulgação de informações do instrumento (website), visando disponibilizar as atas das reuniões realizadas, dentre outros documentos relevantes.
- Resgate das visitas para sensibilização (bilaterais) nas diversas instituições.
- Estratégia de comunicação e divulgação do instrumento e seus produtos.

- 187 • Plano de interlocução entre os colegiados
188 • Sugestão de reuniões conjuntas (CCZEE e Consórcio), pelo menos na primeira reunião
189 do ano.
190 • Ter pelo menos um representante do Consórcio nas reuniões da CCZEE, com o papel
191 de interlocutor entre os colegiados.
192 • Os membros da CCZEE devem atuar junto às suas instituições vinculadas, que são
193 membros do Consórcio, no intuito de fortalecer e garantir a efetiva participação da
194 instituição nas respectivas agendas de ZEE.
195 • Primeira reunião: O que se quer por parte da CCZEE e do Consórcio?
196 • Fazer uma avaliação do instrumento ZEE para orientar o planejamento das ações de
197 ambos os colegiados.

198
199 Em sequência foi colocada a proposição de calendário para as reuniões da CCZEE para o ano
200 de 2015. As datas propostas foram: 12 de março, 18 de junho, 10 de setembro e 25 de
201 novembro, proposta que já observou os calendários do Conama, Conabio, dentre outros.
202 Como não houve nenhuma manifestação contrária à proposta, a mesma foi considerada
203 aprovada.

204
205 Após aprovação do calendário das reuniões ordinárias da CCZEE para o ano de 2015, o Sr.
206 Felipe Barbosa iniciou o item de pauta sobre o MacroZEE do bioma cerrado.

207
208 Durante a apresentação, o Sr. Felipe Barbosa resgatou o processo legal e institucional
209 referente à agenda do MacroZEE do bioma Cerrado e, por fim, resgatou o cronograma das
210 discussões da respectiva agenda junto à CCZEE, propondo, aos membros presentes,
211 macroetapas para a finalização desse processo. O objetivo foi apresentar o contexto legal e dar
212 conhecimento da situação do projeto aos novos membros da CCZEE e do Consórcio, bem
213 como suscitar o debate interno.

214
215 Os principais pontos levantados na apresentação foram: (i) resgate do prazo estabelecido pelo
216 decreto do PPcerrado para elaboração do macrozoneamento do bioma Cerrado (15 de
217 setembro de 2012); (ii) destaque de que o projeto eu ma das metas no programa 2029 do PPA
218 2012-2015; (iii) resgate dos encaminhamentos pactuados na oficina ocorrida junto ao
219 consórcio no final de 2013, onde foi acordado o envio dos insumos preliminares produzidos
220 por iniciativa do MMA, via consultoria externa, aos membros do Consórcio no começo de
221 2014; e (iv) recapitulou os debates ocorridos no âmbito das reuniões da CCZEE específicos
222 para o MacroZEE do bioma Cerrado e propôs etapas futuras para a finalização dos trabalhos
223 do macrozoneamento do bioma Cerrado. Para as etapas futuras, o Sr. Felipe Barbosa ressaltou
224 que era o momento de alinhamento dos colegiados para tomada de decisão sobre o futuro do
225 projeto.

226
227 O representante do MP questionou se a etapa futura do MacroZEE do bioma Cerrado prevista
228 na apresentação do Sr. Felipe abarcava também a fase de prognósticos. Como resposta, o Sr.
229 Felipe Barbosa esclareceu que o prognóstico também faz parte do projeto de MacroZEE como
230 um todo e o envolvimento destes colegiados são necessários para o andamento do processo.

231
232 O coordenador da CCZEE abriu a palavra para que os membros pudessem expor suas
233 contribuições.

234

235 A representante do MME resgatou o histórico do projeto na CCZEE, dando ênfase as
236 discussões ocorridas no colegiado sobre o recorte ‘bioma’ utilizado no projeto de MacroZEE,
237 acrescentando que o MME elaborou em 2012 um documento técnico sobre a discordância do
238 recorte adotado por bioma adotado. Relatou que o documento expressava que não havia
239 sintonia entre o presente projeto e o MacroZEE da Amazônia Legal, que, segundo consta na
240 mencionada manifestação técnica, foi o único projeto elaborado sob metodologia aprovada
241 pela CCZEE para iniciativas federais. Assim, reforçando a discordância sobre o recorte do
242 bioma para o presente projeto, resgatou sugestão apresentada em reuniões anteriores do
243 colegiado de que o ZEE do bioma Cerrado fosse elaborado por grandes regiões geográficas,
244 sendo: (i) Centro-oeste, (ii) Nordeste, (iii) Sul e (iv) Sudeste, e assim por diante, considerando
245 os recortes político-administrativos amplamente reconhecidos e, desta forma, atendendo
246 plenamente à demanda disposta no decreto do PPCerrado. Defendeu a ideia de iniciar esse
247 processo de zonificação com a elaboração do ZEE da região Centro-Oeste, sendo que os
248 insumos produzidos pelo MMA (2012) deverão ser considerados pelo Consórcio durante a
249 execução dessa agenda, no que couber. Teceu comentários adicionais de que o trabalho em
250 andamento sobre os cenários do bioma não teve seu termo de referência (TdR) discutido em
251 ambos os colegiados e, por isso, ainda não deve ser considerado como parte integrante do
252 zoneamento do bioma. Finalizando, enfatizou a necessidade de ZEE por regiões.

253

254 Adicionalmente, comentou sobre as falhas do “Diagnóstico”, que se restringiu a pesquisa
255 bibliográfica, não procurou integração com os Estados, não tratou de forma aprofundada o
256 aspecto dos recursos hídricos, mesmo sendo o Cerrado o berço das águas, desconsiderou a
257 geração de hidroelectricidade, o planejamento do setor petróleo e gás natural e as atividades da
258 mineração em sentido amplo, entre outras atividades de importância para a região.

259

260 Complementado sua fala anterior, a representante da Petrobras argumentou que a premissa
261 utilizada pelo MMA está equivocada, pois como membro do Consórcio ZEE Brasil não tem o
262 entendimento que o ZEE do bioma Cerrado tenha iniciado. Entende que o MMA teve
263 iniciativa e produziu um insumo que poderá vir a ser utilizado pelo grupo técnico do
264 Consórcio. Frente a esta consideração, sugeriu que o cronograma apresentado pelo Sr. Felipe
265 fosse alterado, pois, a princípio o processo não fora iniciado. Acrescentou, na sequência, que
266 a primeira etapa do cronograma deveria ser a elaboração do Termo de Referência (TdR) por
267 parte do Consórcio ZEE Brasil.

268

269 Na sequência, o Sr. Adalberto Eberhard retomou o ponto endereçado pela representante do
270 MME sobre a metodologia utilizada para a elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal e
271 fez questão de destacar que aquela metodologia aplicada durante o processo de zonificação da
272 Amazônia Legal, apesar de aprovada *ad hoc*, não pode ser entendida como referência pois não
273 seguiu o roteiro estabelecido no documento “Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Brasil”
274 (MMA, 2006), elaborado pelo Consórcio ZEE Brasil e aprovado pela CCZEE, sendo esta a
275 metodologia oficial vigente.

276

277 O representante do MDIC destacou sua concordância com os representantes do MME e
278 Petrobrás. Tem o entendimento que é de competência dos colegiados a definição de rumos
279 dos Projetos de ZEE de competência do governo federal. Entende que, dando enfoque ao
280 recorte do bioma, o projeto já tende a dar um peso maior a vertente ecológica em detrimento
281 da econômica e da social. Deu foco à necessidade de elaboração de ZEE por regiões e não por
282 bioma. Destacou que a iniciativa do MMA foi importante, porém deve ser vista como
283 insumos da pasta ambiental para o processo como um todo.

284

285 A representante da Petrobras adicionou que o trabalho relativo aos cenários prospectivos para
286 o bioma Cerrado não deveria ter ocorrido sem antes um acordo dos colegiados sobre o rumo
287 do processo. Salientou que não há condições de seguir desta forma, pois atropela as
288 competências dos colegiados.

289

290 O representante da ANA informou que fez uma análise sobre o diagnóstico preliminar
291 encaminhado, mais especificamente sobre a temática dos recursos hídricos. Relatou que a
292 abordagem sobre este tema foi bem superficial e com muitas inconsistências, acrescentando
293 que deveria ser totalmente refeito considerando o relatório de conjuntura elaborado pela
294 ANA.

295

296 O representante do MP comentou que o decreto do PPCerrado não elimina a possibilidade de
297 se fazer o ZEE do bioma Cerrado pelas regiões, tal como defendido nas falas anteriores, já
298 que esse regulamento não explicita a forma de sua elaboração. Ademais, salientou que os
299 produtos feitos e compartimentados por regiões serão aderentes ao Art. 13-B do Decreto nº
300 4.297/02 (incluído pelo Decreto 7.378/10) e mais ‘vendáveis’ para gestores federais e
301 estaduais. Expressou seu entendimento de que o bioma Cerrado já tem uma porcentagem
302 (38%) do seu território zoneado econômica e ecologicamente pelo MacroZEE da Amazônia
303 Legal. Nesse sentido, finalizou seu comentário propondo a região Nordeste como prioritária
304 no processo proposto.

305

306 A representante da Petrobras informou que os membros do Consórcio não analisaram o
307 documento sobre o diagnóstico encaminhado pelo MMA pelo fato de que o colegiado entende
308 que o mesmo não se iniciou e que não houve clareza do papel do Consórcio neste processo.

309

310 O representante do IBGE expressou concordância com o representante da Petrobras, e
311 acrescentou que não houve motivação válida para a análise dos insumos encaminhados pelo
312 MMA no começo de 2014, entendendo que o Consórcio possui papel institucional de caráter
313 operacional nas agendas de ZEE federais, e não de validador de processos.

314

315 O coordenador da CCZEE, após as manifestações dos participantes, argumentou que o rumo
316 do projeto foi perdido ao longo do tempo, porém salientou que o trabalho realizado pelo
317 MMA não teve objetivo de provocar os membros do colegiado e sim de agregar. Nesse
318 sentido, complementou a argumentação acrescentando que o processo necessita de um
319 direcionamento e salientou que a análise realizada pela ANA foi muito válida e demonstra a
320 necessidade de revisão dos conteúdos presentes nos insumos.

321

322 O Sr. Adalberto Eberhard, resgatando argumentações já apresentadas em reuniões anteriores,
323 ponderou que o objetivo principal é construir um caminho conjunto para concluir os vários
324 ZEE federais. Especificamente quanto ao macrozoneamento do bioma Cerrado, resgatou que
325 o decreto do PPCerrado é uma norma legal e comando presidencial que deve ser cumprido,
326 acrescentando que a CCZEE não tem competência institucional para questionar a demanda
327 disposta. Nesse sentido, esclareceu que a iniciativa adotada pelo MMA foi de avançar com os
328 estudos do macrozoneamento, principalmente visto a disponibilidade de recurso extra
329 orçamentário na época. Finalizou seu comentário complementando que não houve qualquer
330 intenção de segregar os colegiados. Em sinergia, o coordenador da CCZEE ressaltou a
331 importância de se cumprir o comando legal previsto no decreto.

332

333 O representante do MP reforçou, novamente, que o decreto do PPcerrado não estabelece
334 “como” fazer o ZEE do bioma Cerrado, interpretando à luz do Decreto nº 4.297/02 que seja
335 possível à CCZEE e o Consórcio zonearem o bioma Cerrado trabalhando por regiões, tal
336 como previamente proposto. Ponderou, mais uma vez, que parte do bioma Cerrado já foi
337 contemplado no MacroZEE da Amazônia Legal e que um recorte mais político-administrativo
338 seria mais exequível para a elaboração de metas por porcentagem do território, facilitando as
339 respostas aos órgãos de controle e aos gestores que demandam o instrumento. Nesta lógica, o
340 bioma Cerrado iria ter seu zoneamento concluído por partes, conforme região trabalhada.

341
342 Em complementação à discussão, o coordenador suplente da CCZEE destacou que, para
343 harmonizar os trabalhos que serão executados, é necessário que se tenham padrões
344 semelhantes para os termos de referência (TdR) por regiões político-administrativas. Esta
345 padronização permitirá harmonizar os resultados dos trabalhos e a suas recompilações por
346 bioma, principalmente para o caso do bioma Cerrado.

347
348 O representante do IBGE relatou que havia um desconforto dos membros do Consórcio para
349 analisar o documento encaminhado pelo MMA no início do ano. Relatou que realmente o uso
350 do recorte atual do bioma não é o mais adequado para ser utilizado como referência,
351 principalmente para políticas públicas. Tal limitação tem sua origem na escala de
352 mapeamento de 1:5.000.000, que não dá segurança para este objetivo. Relatou que em
353 experiências anteriores, onde determinados marcos legais utilizaram o recorte do bioma,
354 houve um histórico de conflitos principalmente nas regiões limítrofes. Como exemplo citou a
355 norma do conselho monetário nacional que definiu o bioma amazônico como local de
356 restrição de empréstimos. Na prática não foi tão fácil esta delimitação do bioma na escala de
357 propriedade, o que levou a uma série de argumentações e disputas legais. O mesmo pode
358 ocorrer na implementação das diversas ações previstas no âmbito do PPCerrado. Alertou ao
359 coordenador da CCZEE que o recorte do bioma realmente não é o mais adequado. Informou,
360 ainda, que o IBGE está atualmente trabalhando no refinamento (escala de 1:250.000) destes
361 limites e que, havendo recursos, a previsão é de começar a pensar em resultados no próximo
362 ano.

363
364 A representante do MME destacou que a fala do representante do IBGE corrobora com o
365 documento produzido pelo MME, no qual manifesta desacordo com o recorte atual de bioma
366 para elaboração do MacroZEE do bioma Cerrado.

367
368 O coordenador suplente da CCZEE resgatou a colocação do representante do IBGE e
369 considerou importante que, no planejamento do MMA para o próximo ano, devahaver
370 previsão de recursos, visando ações voltadas ao refinamento dos limites dos biomas
371 brasileiros. Salientou que o atual mapa de biomas, apesar das limitações de seu uso, trouxe
372 também resultados positivos para o Brasil. Ressaltou que o planejamento do Consórcio deve
373 prever ações para este refinamento. Destacou que o refinamento dos limites dos biomas
374 permitirá a resolução de inúmeros problemas ocorridos nas bordas da Mata Atlântica, para os
375 proprietários envolvidos com a moratória da soja, dentre outros. Ainda complementando,
376 retornou ao projeto do bioma Cerrado, informando a importância de não se perder de vista o
377 atraso deste projeto, conforme estipulado no decreto do PPcerrado, e que muito
378 provavelmente sejam cobradas, em breve, pelos órgãos de controle, explicações sobre este
379 atraso. Chamou a atenção, mais uma vez, que se a escolha for a compartimentação por
380 grandes regiões geográficas, deve haver padrões para permitir harmonização dos produtos.

381

382 O coordenador da CCZEE encerrou as inscrições e teceu comentários sobre todo o debate
383 ocorrido a fim de orientar para os encaminhamentos finais.

384

385 **1. Primeiro** - Percebeu que tanto o Consórcio como a CCZEE não identificam esse
386 trabalho como o processo de elaboração do MacroZEE do Bioma Cerrado. Há um
387 entendimento majoritário de que a construção do MacroZEE pode ser feita através das
388 regiões político-administrativas, com subsequente consolidação e recorte para o
389 bioma.

390

391 **2. Segundo** – Enfatizou que os insumos elaborados pelo MMA em 2012 são importante
392 peça técnica e que seus respectivos conteúdos podem vir a subsidiar estudos futuros e
393 ao próprio processo de zonificação.

394

395 **3. Terceiro**– Enfatizou a necessidade de definição de uma estratégia operacional para se
396 elaborar o MacroZEE do Cerrado, considerando as atribuições legais de ambos os
397 colegiados.

398

399 **4. Quarto** – Complementou que a definição dessa estratégia operacional para se elaborar
400 o MacroZEE do Cerrado, considerando as atribuições legais de ambos os colegiados,
401 deverá ser pauta específica da próxima reunião ordinária da CCZEE em 2015.

402

403 O coordenador complementou, salientando que esta abordagem metodológica deverá traduzir
404 toda a discussão ocorrida nesta reunião e que cabe ao Consórcio, juntamente com a CCZEE
405 redigir tal Termo de Referência (TdR).

406

407 O representante do MP sugeriu que o MMA, no papel de secretaria executiva, deveria ter
408 papel protagonista nas articulações com os diversos membros, com vistas a sistematizar as
409 contribuições que venham a aportar informações na construção do TdR do MacroZEE do
410 Cerrado, ora proposto. A ideia é de se chegar à próxima reunião, em março de 2015, com uma
411 minuta dessa proposta para discussões.

412

413 Na sequência, o coordenador da CCZEE complementou que, além do TdR, seria importante
414 contarmos com a elaboração de um cronograma de execução das etapas. Porém reforçou que
415 o papel do Departamento de Zoneamento Territorial nesse modelo de gestão é de secretariar
416 os colegiados e não de executar atribuições e responsabilidades típicas do Consórcio. Nesse
417 sentido, questionou qual instituição, no âmbito do citado grupo de trabalho, deveria coordenar
418 esse processo.

419

420 Dando continuidade à discussão referente à coordenação do processo para elaboração do
421 citado TdR, o representante do IBGE salientou que é interessante consultar todos os membros
422 do Consórcio com vistas à essa decisão. Informou que, a partir dos pontos discutidos nessa
423 reunião, iria executar um trabalho de internalização da agenda de ZEE no âmbito do IBGE, e
424 contar com o apoio do Ministério do Planejamento nessa atividade.

425

426 Por fim, sugeriu que esses encaminhamentos fossem repassados, via e-mail, para os membros.
427 O coordenador da CCZEE concordou e entendeu que este papel é do MMA, como secretaria
428 executiva, no que concerne às suas responsabilidades frente ao atual modelo de gestão do
429 Programa ZEE Brasil.

431 A representante do MME ressaltou que os encaminhamentos foram positivos e agradeceu a
432 presença de todos, lembrando ser esta a última reunião do ano.

433
434 Na sequência, o coordenador da CCZEE perguntou a todos os representantes presentes se
435 tinham a devida clareza quanto à proposta de elaborar o TdR compartimentado por regiões
436 político-administrativas. Não houve contestações a essa ponderação.

437
438 O coordenador suplente da CCZEE complementou, ainda, que o TdR compartimentado por
439 regiões deve obedecer algumas premissas como a padronização mínima que permita a
440 harmonização do recorte do bioma e, por fim, atenda o decreto do PPCerrado, Código
441 Florestal, dentre outros. Ressaltou que, desta forma, o produto será mais atrativo para gestores
442 públicos.

443
444 O coordenador da CCZEE, ainda na discussão referente à elaboração do TdR por regiões,
445 adicionou que sobre o Código Florestal há a necessidade de fornecer a metodologia unificada.
446 Nesse sentido, argumentou que será necessário a revisitação da metodologia do MacroZEE da
447 Amazônia Legal nesse processo de construção, já que parte do bioma Cerrado possui
448 sobreposição com tal instrumento de planejamento territorial.

449
450 Por fim, o Sr. Adalberto Eberhard informou aos membros de que está atualmente em
451 andamento no MMA a contratação de pessoa jurídica para elaboração do ZEE da Bacia do
452 São Francisco. Destacou que essa lógica surgiu mais uma vez a partir da disponibilidade de
453 recursos do Programa Interáguas mas que há a previsão da participação dos colegiados nas
454 suas fases. Ressaltou que nareunião extraordinária da CCZEE em 06/02/2014 o TDR do
455 projeto do São Francisco foi apresentado aos respectivos membros presentes, oportunidade na
456 qual a comissão considerou importante a continuidade do processo de zonificação na
457 mencionada bacia hidrográfica devido já ter sido elaborado e publicado, com a participação
458 do Consórcio ZEE-Brasil, o Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da
459 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em 2011.

460
461 O coordenador da CCZEE acrescentou que, também está em fase de contratação, a revisão do
462 Plano Decenal da Bacia e a Avaliação do Programa de Revitalização, ou seja, uma
463 oportunidade ímpar de se trabalhar de forma conjunta um mesmo recorte territorial.

464
465 Não havendo novos comentários o coordenador da CCZEE fez o encerramento, expressando
466 satisfação e destacando como os encaminhamentos foram positivos.

467
468
469 Encaminhamentos a respeito do MacroZEE do bioma Cerrado:

- 470
471
- 472 • A construção do MacroZEE do bioma Cerrado deverá adotar as regiões político-
473 administrativas, em um primeiro passo metodológico de elaboração, com subsequente
474 consolidação e recorte do bioma, ao final do processo.

475

 - 476 • O MMA exercerá o papel de secretaria executiva na articulação dos colegiados que
477 serão responsáveis, de fato, por coordenar e apresentar o citado TdR na reunião de
478 março de 2015, onde será também elaborado o planejamento das atividades e produtos
479 em um cronograma de execução específico. Nesse sentido, a secretaria executiva da
480 CCZEE irá encaminhar essa demanda aos diversos membros do Consórcio ZEE

481 Brasil, solicitando manifestação quanto à definição do coordenador, entre seus
482 membros, desse processo de elaboração do TdR, à luz das premissas discutidas.
483

- 484 • Durante o processo de discussão e elaboração do MacroZEE do bioma Cerrado pelos
485 colegiados, os insumos elaborados pelo MMA em 2012 deverão ser considerados
486 importantes peças técnicas, no que couber.

487